



Universidade Federal de Juiz de Fora

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Daniel Oliveira Corrêa de Souza

O ESPAÇO COMO CONDICIONANTE VITAL:
entendimento da construção da relação indivíduo e espaço.

Monografia apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para conclusão da disciplina Trabalho Final de Graduação I.

Orientador: Prof^a. M. Sc. Mariana Curry,

Juiz de Fora. Julho/2017.

Agradecimentos

A toda minha família, que mesmo sem saberem são meus grandes amigos. E a todos meus amigos que mesmo sem saberem são também minha família.

Mas em especial, dedico meus agradecimentos a minha mãe, que me proporcionou, direta ou indiretamente, tudo que já vivi, e que cultivo muito amor, amizade e respeito. Também a minha tia Bi, que tornou possível a chance de cursar a graduação de Arquitetura e Urbanismo e sempre demonstrou muito carinho pela nossa família, sem palavras.

A minha orientadora, Mariana Cury, que entrou em uma jornada no escuro ao aceitar me orientar, muito obrigado mesmo pela paciência e pelas orientações.

Esse trabalho encerra um ciclo de extrema importância, de entrega e reclusão, em minha vida, e me ajudou a esclarecer questões fundamentais para uma nova fase que se inicia. Obrigado a todos os envolvidos nesse momento e a todos que me ajudaram a chegar até aqui.

Resumo:

O espaço é percebido pelo ser, e esse o dá significado, que se modifica ao longo do tempo, e que modifica, assim, novamente o ser, de uma maneira agora diferente. Esse trabalho propõe um entendimento de como o espaço se relaciona com o indivíduo e quais são as formas de percebê-lo. Assim passa-se pela importância do homem para que o espaço faça sentido.

Em um segundo momento, o foco se dá em como esse espaço vem sendo construído e resignificado pelas lógicas mercadológicas de produção de cidades na competição global. Percebe-se, a partir daí, uma alteração no foco político, em especial no planejamento urbano. Com isso, espaços cada vez mais segregados vão sendo consolidados na malha urbana, acarretando em problemas de cunho social, que atingem todo o corpo/coletivo e as condições de vida na cidade.

Tendo passado por esse panorama político econômico, busca-se possíveis reações à espetacularização dos espaços, novamente utilizando o corpo para ressignificar as imposições advindas de um sistema capitalista de venda e lucro.

O corpo retoma o papel de protagonista do espaço urbano numa tentativa de subverter o esvaziamento de sentido que a lógica capitalista, tendo como a experimentação, a diversidade e o movimento como armas para a subversão

Sumário

Introdução.....	01
1. O ser e o espaço.....	03
1.1. O espaço	04
1.2. As formas de perceber o espaço.....	07
1.3. Urbanidade e Civilidade.....	11
2. A produção do espaço e o reflexo na vida urbana	15
2.1. Produção, acúmulo e o lucro: o capital estampado na malha urbana	15
2.2. Os fenômenos e os agentes que interferem na produção do espaço	17
2.3. A especularização das cidades	25
3. A Experiência da Cidade	30
3.1. O Direito à Cidade	30
3.2. Micro – políticas	32
Considerações Finais.....	35
O colher dos dias	36
Bibliografia	37

Introdução

Quais são as sensações que nos permeiam ao caminhar pelas nossas cidades?? São boas ou ruins em geral? Vejamos:

Enquanto caminho sinto o chão através de meus pés, ou sinto meus pés através do chão? Descalço ou calçado, sigo, certamente na calçada, é o que me resta na cidade. O vento me faz carinho e percebo aí a minha dimensão no mundo.

Enquanto caminho, o meio passa em sequência por mim e some no vazio fora do alcance dos meus olhos, mas ainda o percebo. Escuto seu borburinho e os cheiros, bons ou ruins, me apalpam sem permissão.

A cada curva que faço, tenho que me manter alerta, atualizar meu senso de direção, que tem a mim como centro cartesiano do mundo, ou do recorte que fiz dele, minha imagem mental da cidade.

Virei a esquina e tenho que atualizar todo meu corpo da nova cena que se mostra, ou ele, meu corpo, que me atualiza? Em um milésimo já estou a par de tudo, e nem pensei em nada.

O sobe e desce das ruas vão alterando meu ponto de equilíbrio, carrego a gravidade no umbigo, ou dois dedos a cima dele, não sei. A medida que percorro tal caminho, ele me percorre.

Estou agora no topo da ladeira, cansado. Ofegante, busco envolta uma sombra e alguns bancos para me sentar, não tem. Mas ainda quero descansar, ainda que o meio me diga que não. Então tenho que continuar andando e me cansar mais em busca de um assento. Ou não, posso me sentar aqui mesmo na calçada, por que não?

Como vou ser visto, eu que também sou cenário do mundo de alguém? Quão livre e acolhedora é essa área da cidade? Será que vão me recriminar por alterar a ordem das coisas? “Tava ótimo a calçada como calçada, pra que sentar?”

Quão livre estou aqui? Eu que sou civil em busca de civilidade. Melhor continuar andando.

O modo específico como me sentia em determinados lugares, e as sensações que me suscitavam em determinadas tipologias espaciais e morfologias, bem como o teor da vida nesse espaços, me levaram a questionar como se dava essa percepção, tanto da parte do ser, tanto do potencial dos espaços em nos tocar. O poema descrito a cima compila em versos as inquietações que me levaram a estudar essa temática. E foi seguindo o caminho do corpo que procurei entender como se dava a relação do ser com o espaço, tendo para isso, que passar por como nossos espaços são produzidos atualmente.

1- O ser e o espaço

Estamos sempre dentro, fechados a sete chaves do mundo exterior. Buscamos sempre mais segurança em um caminho cheio de barreiras contra estímulos externos. Percorremos as ruas dentro de nossos carros, entramos em nossos condomínios, entramos em nossas casas, já ali entramos nos celulares a fim de entrarmos numa rede social digital. Notamos um afunilamento das relações do ser com o meio.

Porém, se afastar do meio e evitar os conflitos inerentes a vida em sociedade pode acarretar em uma alienação social, na medida que sempre recorreremos a caminhos concensuais se esquivando das divergências e homogeneizando opiniões. Menos conflitos, menos diálogo, menos reflexão. A medida que paramos de dar importância a atividades que exigem interação entre indivíduos, menos espaços propícios a essas atividades serão criados, fechando assim um ciclo.

Mas como o espaço pode condicionar o modo como agimos no mesmo, influenciando nossas ações e predisposições? Seria possível um espaço criado por nós, nos virar as costas? Ou pior, nós virarmos as costas para determinados espaços? Veremos no decorrer dos capítulos, as relações que interligam o ser no espaço/tempo, e como tais relações estão sendo interpretadas, codificadas e reproduzidas. Entenderemos como a produção da cidade (espaço urbano) pode ocasionar conflitos indesejados entre indivíduo e o meio, criando lugares despertos, segregados e violentos.

E a partir de tais constatações, como seria possível criar uma nova relação do ser com o espaço urbano? Uma relação de civilidade e troca, decorrente de espaços que comportem as possibilidades diversas que o encontro indivíduo/corpo e a cidade proporcionam. É por esse percurso que caminhará a presente monografia, numa deriva entre conceitos como urbanidade, civilidade, sintaxe urbana e tantos outros e seus opostos, por consequência.

1.1 - O espaço

Em busca de construir um caminho de respostas para tais questionamentos feitos a cima, passaremos por conceitos separadamente, os conectando ao longo trabalho, a fim de formar uma idéia linear e sólida, porém não rígida, sobre a temática do ser no espaço.

Começaremos pelo conceito de *espaço*. Nos apoiaremos na filosofia para iniciar tal discursão, mas teremos como base real, teóricos modernos e contemporâneos que relacionam tal conceito com o meio urbano, que é o que nos interessa nesse trabalho.

A palavra *espaço* carrega em si definições e interpretações múltiplas em suas múltiplas aplicações, podendo ser compreendida como o intervalo entre superfícies, ou mesmo o todo ocupado por tais superfícies, ou por exemplo um intervalo temporal entre eventos. Pode ser também virtual, mental, social (...) O autor David Harvey, em seu artigo “O espaço como palavra chave”, explicita:

“...quando construímos expressões como espaços do medo, do jogo, da cosmologia, dos sonhos, da raiva, da física das partículas, do capital, da tensão geopolítica, de esperança, da memória ou da interação ecológica (mais uma vez, somente para indicar alguns dos desdobramentos aparentemente infinitos do termo), os domínios de aplicação são tão particulares que tornam impossível qualquer definição genérica de espaço (HARVEY,s/d, p.8.)”

É sempre um conceito multifacetado que abrange dimensões variadas de nossa convivência. Sendo difícil fixar uma definição precisa para *espaço*.

Nesse texto o autor analisa o espaço separadamente em três plataformas principais de entendimento, vejamos:

O *espaço absoluto*, que representa o espaço como algo em si mesmo, bruto. É o espaço das medições, geometrias e dos cálculos. Socialmente se configura no

espaço das propriedades privadas onde todas as variantes podem ser quantificadas e mapeadas.

O *espaço relativo*, considera os fatores variantes que vão além do espaço físico, como o tempo e as ações que atuam sobre ele. Levando em consideração por exemplo o tempo de viagem ao trabalho, custo, modo de transporte de uma determinada rota em relação a outra. A partir desse ponto, é permitido fazer uma análise da forma que o tempo e os modos de vida dentro do “espaço cidade” influenciam na sua formação.

Sabemos, dadas as fricções diferenciais da distância encontradas na superfície terrestre, que a distância mais curta (medida em termos de tempo, custo, energia gastos) entre dois pontos não é necessariamente dada pela linha reta frequentemente imaginada.(HARVEY, s/d).

Por fim, tem-se o *espaço relacional*, que compreende fatores individuais na configuração do espaço. Nessa categoria, trabalha-se com o espaço percebido e vivenciado de forma diferente por cada individuo. Sua composição se daria pela interação do espaço com as pessoas, através de signos, memórias, música, textura, luz, percursos, encontros, entre outros.

Explicitadas tais definições, cabe salientar que não há uma maneira correta de análise do espaço, nem as mesmas se esgotam em tais definições. A decisão de qual concepção utilizar depende dos fenômenos analisados e os resultados pretendidos. Contudo as três concepções se fundem e podem coexistir simultaneamente, numa análise mais ampla (HARVEY, s/d, p.14). Por exemplo: como o sentimento de pertencimento pode se relacionar com a vida econômica de um determinado centro urbano? É o tipo de análise que abrange mais de uma das plataformas conceituais apresentadas.

E é nesse campo de visão que vamos aplicar as análises desse trabalho, tentando entender os fatores que se relacionam entre individuo e espaço, bem como o lugar. Faremos isso através de uma ótica relacional, capaz de interpretar a relação

direta das pessoas com a cidade, sem no entanto nos abdicarmos dos outros dois conceitos de espaço apresentadas por Harvey, absoluto e relativo.

Ainda em “O espaço como palavra chave”, Harvey recorre a uma definição tripartite elaborada por Lefebvre, que reitera os conceitos apresentados pelo autor. São eles: o *espaço material*, que diz respeito aos fenômenos ligados ao sentidos, ao toque físico, à percepção imediata das sensações. A *representação do espaço*, como uma leitura do espaço material, porém reinterpretado, concebido e representado (mapas, poesias, ilustrações e qualquer outro tipo de representação que envolva signos). E os *espaços de representação*, que abarcam a forma como vivemos e interpretamos o espaço-tempo, com todos seus significados incorporados ao nosso dia a dia (HARVEY, s/d, p.19. Apud LEFEBVRE, 1991 [1974]). Também aqui, nos atentaremos mais às interpretações ligadas ao espaço de representação em consonância com o espaço relacional. Buscando entender, primeiramente em teorias sócio-espacial, como o meio interfere nas dinâmicas urbanas e assim em nossas vidas, e em um segundo passo, nos apoiando em teorias urbanas entenderemos como as dinâmicas sociais, econômicas e políticas, interferem no meio.

Nossas ações cotidianas e os fatos que constroem gradativamente nossas vidas, ocorrem no espaço. Quais quer que seja a definição escolhida para ser tratada, o espaço é onde a vida se assenta e ganha corpo. Portanto, sendo o espaço base para tais ações, podemos considerar que de fato ele interfere na nossa vida, na forma como vivemos.

Perceber a importância do espaço no modo de vida das pessoas é fundamental para se conseguir chegar a um possível significado para o mesmo. Esse será nosso primeiro caminho a percorrer, na busca de dar um sentido ao espaço, e assim entender seu papel no meio urbano.

1.2- As formas de perceber o espaço

A experiência de intercorporeidade é uma das experiências originárias da ontologia, da 'formação' do Eu e do Outro, ou seja, só se pode compreender o humano histórico-ontológico enquanto ser social. É nesta experiência intercorpórea que o mundo sensível tem o seu significado, tanto o mundo sensível natural quanto o artificialmente produzido pelos homens e mulheres: "... uma consciência não saberá encontrar nas coisas senão o que nelas pôs" (MERLEAU-PONTY, 2012, p. 233, grifos do autor).

Nós somos corpo e consciência, em um conflito dialético que percorre a história da filosofia. Somos seres temporais, nascemos e morremos em um determinado período, fazemos história e projetamos esperanças futuras. Mas tudo isso acontece no espaço, espaço aqui tratado como algo sensível aos sentidos.

É a partir de nossa percepção do mundo que conseguimos formular raciocínios posteriores sobre determinadas informações. A esse respeito temos a contribuição filosófica de Merleau-Ponty (1994). No século XX o autor, em seus estudos fenomenológicos, retoma a percepção sensorial para o campo do conhecimento.

Ainda hoje, é de senso comum acreditar que o conhecimento construído pelas percepções primárias podem facilmente levar ao engano, ao erro, e que se queremos chegar a uma verdade, devemos caminhar no campo da razão, do pensamento.

É de encontro a esse esteriótipo filosófico que Ponty se indaga sobre as formas de perceber o mundo e criar informações sobre o mesmo. Quando nós estamos no mundo sem nenhuma ideia ou conceito formado, o que nos afeta mais: a percepção ou o pensamento elaborado sobre as coisas? Chegando a concluir que desde a psicologia infantil até a vida adulta, se analisarmos os fenômenos sem nenhuma ideia pré concebida, a percepção é o nosso primeiro contato com o mundo. Nós o sentimos e o vivenciamos através do nosso aparato psicobiológico, antes mesmo de qualquer elaboração intelectual. Tendo assim, que se retornar ao estágio da percepção para entender a origem do nosso conhecimento, o que ele vai chamar de

pré-reflexão¹. Não refletimos sobre todos os fenômenos que ocorrem a nossa volta, mas somos afetados por todos eles, em uma pré-reflexão.

Na concepção fenomenológica da percepção, a apreensão do sentido ou dos sentidos se faz pelo corpo... é preciso enfatizar a experiência do corpo como campo criador dos sentidos, isso porque a percepção não é a representação mentalista, mas o acontecimento da corporeidade e, como tal, da existência.²

Para além dessa consideração, o autor estabelece algumas problemáticas que influenciariam a forma como percebemos o espaço. Em sua obra postuma, “O visível e o invisível”, o autor descreve três fatores que determinariam o grau de apreensão por parte do ser ao meio.

São elas a *Imbricação*, que aponta um aspecto visceral da percepção; a *espessura*, que diz respeito ao grau de abertura ao sensível e ao campo de ação ou interferência sensível de algo; e *espacialidade*, que estabelece o paradigma da distância ou do espaçamento e é o meio onde as coisas acontecem. Tais definições colocam o espaço como componente ativo de nossa forma de apreender as coisas do mundo.

Nesse sentido, começamos a compreender que o espaço e sua produção deve estar diretamente relacionado com os corpos que nele habitam. Saber disso, não permite ainda encontrar um significado para espaço, mas permite um primeiro entendimento, uma vez que começamos a atribuir sentido ao espaço. Tais considerações serão a porta de entrada para explorar as questões que envolvem o ser e o espaço no meio urbano.

No texto “O sentido do espaço. Em que sentido em que sentido?”³ de Fernando Freitas Fuão, essa ideia fica mais evidenciada, na medida em que o autor faz

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eZs-4fLUJ9c> Acessado em 06/06/2017

² Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v13n2/06.pdf> Acessado em 06/06/2017.

³ Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.048/582> Acessado em 06/06/2017.

apontamentos que nos levam a entender a relação das pessoas na atribuição do sentido ao espaço. “Normalmente, atribuímos existência aos espaços e às coisas, mas na realidade, sem nós, elas não existiriam. Pensar um espaço como existente, significa pensar em si próprio.” Fuão (2004).

Temos então, partindo dessa primeira afirmação, que são as pessoas que atribuem significado ao espaço/cidade, e quanto mais se desvincula a relação do espaço com o ser, menos sentido possuirá o espaço, se fazendo mais difícil o desígnio de um significado.

Quanto mais eu acentuar a objetividade das coisas, cortando o cordão umbilical que liga à minha existência, mais converterei este mundo num espetáculo sentido como ilusório...só ao se tornar pra mim, o espaço recebe um significado, um sentido. O espaço “pra mim” ao contrário do espaço em si, só existe por que estou aqui. Nós não dependemos dele, ele é quem depende de nós, e sem nós nada seria (FUÃO, 2004).

Assim, o autor prosegue discorrendo sobre como as relações espaço/indivíduo são estabelecidas, afirmando que a produção do espaço/cidade/arquitetura apenas nos servem como instrumentos. Caso não estabeleçam nenhuma relação com o nosso desígnio, permanecerão no estado bruto de existentes. O sentido do espaço e das coisas está diretamente relacionado a experiência do “eu”, sendo levado conosco para qualquer lugar que formos. Importante salientarmos que nós, como seres que transitam no espaço, também nos achamos classificados entre as coisas, sendo reduzidos ao papel de meio, de representação, para sermos interpretados para fins de outrem, como aponta Paul Foulquié, também citado no texto de Fuão.

Aqui, cabe entrar no importante conceito de *lugar*, como possível diferenciação de espaço. No texto “O conceito de lugar” de Luiz Augusto dos Reis Alvez, o autor procura explicitar a diferença de espaço e lugar tendo como base teórica o autor Norberg Schulz, passando por várias etmonologias referentes ao espaço em contraposição ao lugar, chega-se em uma primeira definição, em que o lugar para ser como tal, precisa da presença humana. Lugar seria então o espaço habitado, e habitar

préssupõe o *homem*. E para tal seria necessário a dimensão tempo, para que se possa, ali habitando, começar a dar significado ao espaço, sendo assim os espaços se tornam lugares a medida que vai se tornando conhecido e familiar⁴.

Se um lugar pode ser definido como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar. (AUGÉ, 1994, p. 73)

Passa-se, então a uma questão chave, que tange a produção dos espaços urbanos atuais. Se um espaço é feito não para presença do homem, seu habitar ou mesmo como palco de suas atividades, se esse espaço não dialoga com a espacialidade humana e sua temporalidade, corre-se o risco de estabelecer-se o que foi chamado aqui, uma relação de não-lugar com o espaço.

Lugares que induzam a um rápido movimento associado a uma não personalização do espaço e do indivíduo seriam para o antropólogo um não-lugar. “O espaço do não-lugar não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude⁵.”

Os apontamentos até agora apresentados no trabalho, nos levam a perceber a relevância do ser no espaço, consolidando a ideia de que não só o meio interfere na forma de um viver da sociedade, mas também a sociedade dá vida ao meio que ela está inserida. Esses apontamentos caminham junto aos conceitos de urbanidade, civilidade e sintaxe urbana, que serão abordados de forma mais aprofundada logo a diante.

O sentido do espaço está no ser, no corpo do ser e na forma como ele enxerga o espaço. O espaço não se dá em uma pura autonomia, para que ele ganhe sentido

⁴ Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/225> acessado em 19/06/2017

⁵ Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/225> acessado em 19/06/2017

é necessário a percepção das pessoas, para que o seu estado bruto seja diluído em diversas possibilidades. Essas possibilidades variam de acordo com a forma que cada ser vivencia o espaço, o que conseqüentemente irá variar nas formas de representação: o pintor, o arquiteto, o fotógrafo, o estrangeiro, o nativo, cada um possui uma imagem representativa do espaço, e a somatória dessas representações não configurará um significado concreto para espaço, apenas evidenciará inúmeros pontos de vista, possibilitando diferentes sentidos.

1.3- Urbanidade e civilidade

Visto que começamos a ampliar as noções de relação do ser com o espaço/meio, com maior especificidade em ambientes construídos, passamos a uma aproximação com conceitos que abordam, dentro da ciência do urbanismo, relações consolidadas no encontro indivíduo-cidade.

O conceito de urbanidade é um deles. Surge na segunda metade do século XX, com a evidência do fracasso dos projetos de cidade modernistas, e a percepção de que faltava algo nos espaços projetados nesse contexto. Esse “algo” começa então a ser denominado urbanidade.

No artigo “Urbanidade e qualidade da cidade”, Douglas Aguiar define tal conceito como sendo o modo como os espaços da cidade acolhem as pessoas, se são hospitaleiros ou hostis, vivos ou inóspitos, cordiais ou indelicados. Ou seja, voltamos aqui na relação do indivíduo em contato com o espaço, indivíduo esse, capaz de dar significado as coisas, e um espaço capaz de receber tais significações, um espaço relacional como descreve Harvey e talvez ainda mais próximo do modelo de espaço proposto por Lefebvre, o espaço de representação, já observados anteriormente.

O autor continua então as definições possíveis para um consenso sobre o que poderia ser tal conceito, visto que é dotado de certa subjetividade.

A urbanidade é composta portanto por algo que vem da cidade, da rua, dos edifícios e que é apropriado, em maior ou menor grau pelo corpo, individual ou coletivo...a medida da delicadeza, da civilidade é demonstrada pela conduta do corpo.⁶

O nosso corpo, em contato com o meio, percebe as possibilidades que o espaço oferece (ou que nós designamos ao espaço), e age conforme as variantes oferecidas, tendo assim o corpo como parâmetro.

Mas então, quais seriam os componentes que ditariam se um local é possuidor de urbanidade ou não? Podemos responder a tal pergunta, explicitando o que seria o seu oposto, como forma de evidenciar o que seria o conceito.

Nota-se no contexto atual uma produção de espaços cada vez descolados das possibilidades que o corpo enxerga de apropriação. Produz-se compulsoriamente cada vez mais lugares inóspito, marcado por grades nas fachadas de prédios, fachadas envidraçadas que não comportam a relação privado e público (dentro e fora), extensos muros contornando quarteirões inteiros, mega estacionamentos, shopping-centers e rodovias intra-urbanas, que configuram verdadeiras cicatrizes na malha urbana. Todas essas situações contribuem para o teor de vivacidade da área em questão, confluindo para o modo como as pessoas se comportam na cidade ou em determinada área dela, podendo gerar núcleos de segregação espacial devido a valoração feita do local pela sociedade. Esses fatores cofigurariam locais de baixa urbanidade, na medida que impossibilitam a experimentação da cidade criando vazios urbanos e não lugares, suscetíveis a abandono e violência.

Por oposição, urbanidade se daria então em espaços que acolhem os habitantes, espaços com vitalidade e diversidade, onde os indivíduos podem estabelecer relações de civilidade, que sintam liberdade e enxerguem possibilidades diversas de ação, além de total segurança.

Está totalmente ligado ao espaço público, e o modo como essas pessoas se apropriam dele. É no espaço público que a urbanidade é constatada, pois somente

⁶ Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.141/4221>. Acessado em 15/06/2017.

nele os indivíduos podem usufruir da cidade em total relação com sua dinâmica. Ela é produto das dinâmicas estabelecidas na cidade e está impregnada nos espaços, “é algo material, é sentido, exala.”

Contudo, todos esses aspectos só podem ser notados em espaços onde se possa perceber o que é denominado de civilidade. A civilidade é um fenômeno que opera no meio urbano, e permite que todos os presentes em determinado espaço possam manter sua integridade e alteridade sem necessariamente interromper com a alteridade do outro, é o que permite que estranhos permaneçam no mesmo local sem nenhum distúrbio na ordem social e que possam compartilhar das dinâmicas do espaço juntos, ainda mantendo o status de estranhos. Temos então civilidade como:

A atividade que protege as pessoas umas das outras, permitindo, contudo, que possam estar juntas. As máscaras permitem a sociabilidade pura, distantes das circunstâncias do poder, do mau-estar e dos sentimentos privados das pessoas que as usam. A civilidade tem como objetivo protegerem os outros de serem sobre carregados com nosso peso.⁷

Tal atitude requer total senso de engajamento social por parte dos indivíduos que a exercem. O ato de civilidade pressupõe reciprocidade de todas as partes envolvidas e se torna um ato social na medida em que seu objetivo último, apesar de ser uma atitude de cunho privado, é de estabelecer uma coletividade harmônica. Assim, dizer que o meio urbano é civil, é dizer que acima de tudo ele comporta atitudes livres de qualquer imposição pré estabelecida.

Mas também significa uma cidade que se apresenta aos seus residentes como um bem comum que não pode ser reduzido a um agregado de propósitos individuais e como uma tarefa partilhada que não pode ser exaurida por um grande número de iniciativas individuais, como uma forma de vida com um vocabulário e lógica próprios e com sua própria agenda, que é (e está fadada a continuar sendo) maior e mais

⁷ BAUMAN apud SENNETT. “Modernidade Líquida”, p. 122.

rica que a mais completa lista de cuidados e desejos individuais – de tal forma que “vestir uma máscara pública” é um ato de engajamento e participação, e não um ato de descompromisso e de retirada do “verdadeiro”, deixando de lado o intercuro e o envolvimento público, manifestando o desejo de ser deixado só e continuar só.

Observado tais fatores, vê-se que a cidade será interpretada pelo ser, independente de sua razão. O corpo impregna os espaços com sua corporeidade e assim começa sua relação com o mesmo. É o ser que é capaz de dar significado ao espaço e a partir daí ser afetado por ele. Sendo assim, nota-se uma total displicência na produção do espaço urbano atualmente, visto que cada vez mais lugares são produzidos em uma lógica segregatória, ou com prioridade para o tempo/espaço do automóvel ou então produzidos com escalas monumentais que não conseguem interagir com a corporeidade do ser, assolando as cidades com a presença de não-lugares, espaços que não se relacionam ou criam significação com o corpo coletivo.

Adiante veremos como esses espaços vêm sendo produzidos compulsóriamente na lógica capitalista de planejamento urbano e as consequências no comportamento social nas cidades.

2- A produção do espaço e o reflexo na vida urbana

Este capítulo discorrerá sobre as principais forças que atuam na construção do espaço urbano, entendendo como elas se articulam a fim de realizar suas intenções. Tais ações constroem o espaço urbano e esse exerce força sobre a sociedade.

Será visto como ocorre a fragmentação do tecido urbano em consequência da extratificação da sociedade em classes, no modelo de produção capitalista. A partir desse fenômeno tem-se a desconexão do espaço com a vida cotidiana. Para tais constatações passaremos por questões mais pragmáticas relacionadas à geografia e economia, bem como por conceitos básicos sobre a lógica dos meios de produção capitalista. Todas essas informações serão relacionadas ao indivíduo em sua atividade cotidiana e os fatores inerente a mesma. Para isso utilizaremos autores como Henri Lefebvre, David Harvey, Zygmund Bauman, entre outros como embasamento das questões que se seguirão.

2.1- Produção, acúmulo e o lucro: o capital estampado na malha urbana.

Para iniciar um entendimento da forma como o capital se estampa na malha urbana, faz-se inicialmente necessário um breve apontamento sobre conceitos básicos do capitalismo, e como a sua introdução refletiu nos modelos de sociedades que perduram até hoje.

Em “A Produção Capitalista do Espaço”, Harvey descreve inicialmente sobre conceitos básicos do sistema capitalista, utilizando sempre trechos diretos da obra de Karl Marx. Um desses conceitos é a teoria da acumulação, que de acordo com o autor está inserida no cerne da construção da sociedade capitalista, mas também é intrínseca a construção da estrutura espacial.

A teoria Marxista, sobre acumulação de capital, indica tal conceito como sendo o motor da produção capitalista. Sendo assim, o sistema se torna conseqüentemente de alta expansividade. A expansão é necessária para se manter o modelo de

produção. A medida que o processo de acúmulo se deteriora, o mesmo ocorre com a expansão do sistema.

... o desenvolvimento da produção capitalista torna constantemente necessário o sustento crescente do volume de capital despendido nun determinado empreendimento industrial, e a competição faz cada capitalista sentir as leis imanentes da produção capitalista como leis coecirtivas externas. Essas leis forçam cada capitalista a manter constantemente o aumento do seu capital, para preservá-lo; no entanto ele não consegue aumentá-lo, exceto por meio de acumulação progressiva. (HARVEY apud MARX, 2006, p.44)

Porém existe uma série de problemáticas que surgem ainda que a máquina de acúmulo prossiga bem, levando a recorrentes crises. Isso acontece porque o sistema capitalista de produção e reprodução supõem e pressupõe fatores que regulam o seu funcionamento, são eles:

- 1 – Existência de excedente de mão de obra;
- 2 – Existência no mercado de quantidades necessárias de meios de produção;
- 3 – Existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadoria.

O crescimento desordenado de cada um desses fatores, isoladamente, pode ocasionar crises que atigem todos os demais. Uma crise típica desse modelo seria, por exemplo, a acumulação pela acumulação, o que significa produzir sem levar em consideração os limites do mercado. Expande-se o volume e o valor total das mercadorias no mercado, tentando-se também maximizar os lucros, mantendo para isso, os salários reduzidos, o que inevitavelmente restringe o poder aquisitivo das massas (HARVEY, 2006).

Nesse caso o fator número três exposto acima, entra em colapso e observa-se um volume de mercadoria no mercado sem compradores. Ou seja, o acúmulo e o lucro giram a máquina da expansão no modelo capitalista, tendo já as crises como incógnitas inerentes ao modelo.

2.2 – Os fenômenos e os agentes que interferem no espaço

Se passará aqui, pelo o entendimento de como o acúmulo, o lucro e as crises remontam ao início da urbanização e suas grandes transformações ao longo do tempo.

Para abordar melhor o assunto, serão apresentados conceitos de Lefebvre que problematizam as questões relacionadas ao campo x cidade. Em “A Revolução Urbana”, o autor descreve sobre o processo espacial/temporal da passagem do campo - em um sistema agrícola, para a cidade - o urbano.

No caminho percorrido pelo “fenômeno urbano” (numa palavra: o urbano), coloquemos algumas balizas. No início, o que há? Populações destacadas pela etnologia, pela antropologia. Em torno desse zero inicial, os primeiros grupos humanos (coletores, pescadores, caçadores, talvez pastores) marcaram e nomearam o espaço; eles os exploraram balizando-o. Indicaram os lugares nomeados, e as topias fundamentais. Topologia e grade espacial que, mais tarde, os camponeses, sedentizados, aperfeiçoaram e precisaram sem perturbar sua trama. O que importa é saber que em muitos lugares do mundo, e sem dúvida em todos os lugares onde a história aparece, a cidade acompanhou ou seguiu de perto a aldeia. (LEFEVRE. 1999, p. 18).

Ou seja, a partir de um acúmulo, cria-se um excedente de produção que permite a possibilidade de criação de outros nichos de trabalho e uma nova produção de mercadorias, ocorrendo assim a expansão do mercado. Porém, esse excedente citado não é dividido em parcelas iguais por todos os envolvidos, ainda no período das sociedades agrícolas o acúmulo ficava no controle de entidades de poder.

Desde que passaram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção. A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso

desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos (como uma oligarquia religiosa ou um poeta guerreiro com ambições imperiais). Essa situação geral persiste sob o capitalismo, sem dúvida, mas nesse caso há uma dinâmica bem diferente em atuação. O capitalismo fundamenta-se, como diz Marx, na eterna busca de mais-valia (lucro). Contudo, para produzir mais-valia, os capitalistas têm de produzir excedentes de produção. Isso significa que o capitalista está eternamente produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização (HARVEY, 2014, p.30).

O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Temos então o capital no meio do redemoinho de relações socioespaciais. Esse movimento em direção à expansão percorre a história e coloca o tempo em participação direta na formação do espaço. Em “Espaço e Método”, Milton Santos introduz uma metáfora em que compara o espaço com um mosaico de elementos de diferentes eras, “sintetiza, de um lado, a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade”.

Para Milton Santos, o espaço é também produto de sistemas de tempo que agem em determinado momento da história e prosseguem interferindo nas atividades que constituem o espaço. Ele traz que a noção de espaço é inseparável das lógicas do sistema de tempo, onde cada momento na história local, regional, nacional, ou mundial, as diversas variáveis dependem das condições do sistema temporal (SANTOS, 1985).

Assim temos que os modelos urbanos que surgiram a partir do acúmulo, no sistema agrícola, seguem em expansão em outros modelos de produção em diferentes períodos:

- 1 – O período do comércio em grande escala (a partir dos fim do séc. XV até mais ou menos 1620);
- 2 – O período manufatureiro (1620 - 1750);
- 3 – O período da Revolução Industrial (1750 – 1870);

4 – O período industrial (1870 – 1945);

5 – O período tecnológico.

Para ele, se se estuda tais períodos, é possível explicar a história e as formas de colonização, a distribuição espacial dos colonizadores, a dispersão das raças e línguas, e distribuição de tipos de cultivo e as formas de organização agrícola, os sistemas demográficos, as formas de urbanização e articulação do espaço.

Nesse sentido, percebe-se a evolução das cidades conforme o modo de produção evolui, mas sempre dentro do conceito básico capitalista, de acúmulo de capital e produção de excedente. Assim, a urbanização sempre aparece como um fenômeno de classe, já que os excedentes são extraídos de alguém ou de algum lugar e o controle e uso desse lucro permanece em geral nas mãos de poucos (HARVEY, 2014).

Outro fator que liga a expansão urbanística aos modelos de produção de determinada época, é o investimento do excedente convertido em obras urbanas, para alcançar um equilíbrio econômico. Visto que os modelos de produção capitalistas estão fadados a colapsos inerentes a sua natureza de acúmulo, para evitar crises alguns mecanismos de escapes são acionados, por exemplo, investir na construção do espaço urbano.

Como exemplo histórico desse tipo de manobra, pode-se citar as reformas da Paris de Haussmann. Em 1848, uma crise por excedente de capital e por excedente de trabalho na europa, atingiu fortemente Paris. Em um cenário de conflito entre operários desempregados e burgueses, sobe ao poder Luís Bonaparte, encarregado de resolver os conflitos políticos e o problema da absorção do capital excedente.

A reforma projetada por Haussmann absorveu imensas quantidades de mão de obra e capital, sendo um instrumento fundamental para a estabilização social, mas acima de tudo reconfigurou a estrutura e vida urbana de Paris. Porém para realizar os projetos, foi necessário a criação de novas intuições financeiras e instrumentos de créditos, o que acarretaria, quinze anos depois, em uma dívida que desestabilizaria novamente Paris. (HARVEY, 2014).

Torna-se relevante analisar que, como visto antes, a posse e o controle para realizar essas modificações de grande escala no espaço está nas mãos de uma seleta classe social.

“o setor imobiliário se torna tardiamente, mas de maneira cada vez mais nítida, um setor subordinado ao grande capitalismo, ocupado por suas empresas (industriais, comerciais, bancárias), com uma rentabilidade cuidadosamente organizada sob a cobertura da organização do território. O processo que subordina as forças produtivas ao capitalismo se reproduz aqui, visando à subordinação do espaço que entra no mercado para investimento dos capitais” (LEFEBVRE, 1999: 163).

No modelo de sociedade atual, dentro das lógicas capitalistas, é comum vermos espaços cada vez mais segregadores, em desuso, onde a interação entre as pessoas é desconsiderada. Já aí nota-se uma direta interferência na produção espacial capitalista na forma de vida do agente social. Isso por que, ao gerar um relação entre os seres, dentro de um meio consumista, se perde o foco, que dentro da lógica do capital, é a ação de compra. Esses espaços ditos públicos são, em sua maioria, grandes centros de consumo, elitizados, onde o público o busca com a mesma intenção, a de comprar.

Milton Santos também aponta o capitalismo como produtor do espaço quando diz que a produção espacial é dada por um processo de circulação, distribuição e consumo – ideais capitalistas. Esses pontos deixam evidente que não há um espaço que não seja planejado. O que de fato ocorre é um desvio de interesse político ao se planejar o espaço. A questão é para quem o espaço é planejado.

Como os circuitos produtivos se dão, no espaço, de forma desagregada, embora não desarticulada, a importância que cada um daqueles processos tem, a cada momento histórico e para cada caso particular, ajuda a compreender a organização do espaço. (SANTOS, 1985, p.03).

Ao se desenvolver em torno do capital, as cidades apresentam diversas problemáticas, como a especulação imobiliária, que ocasiona a gentrificação e com ela as moradias irregulares, a segregação dos espaços, entre outros. Com o discurso de melhoria dos espaços, a produção capitalista vende lugares, higienistas, segregados, que alienam a população ao consumo. Esse quadro especulativo, normalmente inicia-se com uma construção de grande porte e de ‘grande alcance’ de público (shoppings, redes de hotel, condomínios...) – ainda que selecionados, em áreas ditas ‘sem vida’, mas que, na verdade, são áreas vulneráveis e esquecidas pelo poder público, atraindo para área novos investidores, os quais, automaticamente, encarecem o local. Tal mecanismo deixa os moradores sem saída, a não ser a de procurarem outra área, mais afastada, com poucos recursos, acarretando em um crescimento irregular das cidades.

Harvey ainda em “Cidades Rebeldes” também trás a questão da gentrificação dos espaços, e diz que as cidades no mundo em desenvolvimento estão sendo cada vez mais segregadas: os bairros ricos são atendidos de toda ‘sorte’ de serviços, entre eles, escolas caras, campos de golfe, quadras de tênis e patrulhamento vinte e quatro horas por dia, emaranhados entre ocupações ilegais, onde a água é disponível somente em fontes públicas, nenhum sistema sanitário existe, a eletricidade é privilégio de poucos. (HARVEY, 2014).

Apontando essas questões, nota-se sendo exercido sobre o meio urbano um planejamento estratégico, que fada as cidades a serem mercadorias, vendidas a iniciativas privadas, comprometendo cada vez mais a qualidade dos espaços públicos. Tal planejamento estratégico entende as cidades como uma empresa e dentro desse ponto de vista, o urbanismo atual apresenta a problemática da competição entre as cidades, que passam a ter como objetivo, atrair novos empreendimentos, entregando seus espaços ao poder privado, que inviabilizam que os locais sejam democráticos, ditando regras de usos e de como agir neles. Vê-se então comprometidas as questões de boa urbanidade dentro das cidades.

O crescimento e organização do meio urbano, dado como consequencia de um planejamento estratégico mercadológico, pode ser danoso para o bom desenvolvimento das cidades. Nota-se historicamente que com o intuito de uma melhoria estética higienista, muitas cidades entram com um projeto de requalificação.

Esses requerem muitos investimentos, interligando suas funções aos interesses imobiliários.

Aldo Rossi (1995), fala que o crescimento urbano deve acontecer dando-se especial atenção à qualidade de vida do agente social, ao renovar os espaços, propiciando para todos o direito à cidade.

[...] por trás dos casos particulares há fatos gerais, e o resultado é que nenhum crescimento urbano é espontâneo, mas é pelas tendências naturais dos grupos dispersos nas diversas partes da cidade que se podem explicar as modificações de estrutura (ROSSI, 1995, p. 253).

A cidade como mercadoria é a ideia de maior abrangência, dentro do urbanismo atual, onde a venda da mesma é o principal objetivo de governos locais, priorizando a atração de capital internacional. Esse quadro leva as cidades a uma semelhança entre os seus modelos de planejamento, o que desfavorece os locais, pois não são levadas em considerações as reais necessidades das sociedades de modo particular. A cidade como produto de compra e venda, transforma-se em mercadoria, destinadas as elites. (VAINER, 2000).

Paola Berenstai Jacques, em “Espetacularização Urbana Contemporânea” (2004), também aborda a questão da cidade produto quando fala que ao mesmo tempo que planejamentos urbanos tentam produzir uma imagem singular as cidades, eles são reproduzidos em diversas localidades, causando uma internacionalização homogeneizadora das cidades imposta por financiadores multinacionais dos projetos de intervenção urbana. Não sendo levados em consideração as individualidades, histórias e culturas locais.

Roberto Lobato Corrêa, em “O Espaço Urbano” (1989), trabalha o assunto de forma mais aprofundada, ao identificar separadamente quem são os principais agentes que articulam a construção do espaço urbano, e como essas articulações evidenciam o capital estampado na cidade.

Para Corrêa, pragmaticamente, pode-se entender a cidade como uma justaposição de diferentes usos, que por sua vez, definiriam áreas como centro, áreas residenciais, áreas de atividades industriais, entre outros. Esse conjunto de usos formam o que seriam a organização espacial.

Essas áreas definidas, se comunicam entre si direta e indiretamente. Essas relações se evidenciam ao observar o fluxo de veículos e pessoas para suas atividades cotidianas, fluxos estes que marcam e produzem por si só, parte da malha urbana. Mas também se relacionam de forma mais oculta, através de decisões, investimento de capital, mais-valia, salários, juros e rendas, por exemplo.

As relações interagem de formas diferentes, ainda que articuladamente, e compõem assim um espaço fragmentado. Para o autor, essa divisão articulada é a expressão espacial de processos sociais: o espaço urbano como reflexo da sociedade, nesse sentido, as áreas residenciais segregadas, por exemplo, seriam também reflexo da estrutura social de classes.

Mas além de ser um reflexo da sociedade, o espaço da cidade passa a ser também um condicionante social. Este condicionamento se dá através da reprodução de espaços propícios para determinadas atividades. Assim, Corrêa dá como exemplo a forma como estabelecimentos industriais juntos um dos outros e realizando entre si, venda de matéria prima industrialmente fabricadas, constitui-se pelas vantagens de estarem juntas, em fato que viabiliza continuidade de produção, isto é, reprodução das condições de produção (CORRÊA, 1989).

Fragmentada, articulada, reflexo e condicionante social, a cidade é também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Isso envolve o cotidiano, e o futuro próximo, bem como as crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, projetadas nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial, etc. O espaço urbano assume assim uma dimensão simbólica, entretanto, é variável segundo os diferentes grupos sociais, etário, etc. Mas o cotidiano e o futuro próximo se encontram enquadrados num contexto de fragmentação desigual do espaço, levando aos conflitos sociais, como greves operárias, barricadas e movimentos sociais urbanos (CORRÊA, 1989).

Tem-se então que o espaço urbano se dá dentro de uma dinâmica capitalista, fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social. Tal espaço é resultado de ações que se acumularam no tempo e sofre influências de ações de cunho global, regional, local, que são executados em diferentes períodos da história.

Essas ações são executadas por agentes que atuam de forma concreta no espaço. Quem seria então esses agente? Corrêa lista cinco agentes no modelo atual de produção:

- 1 – Os proprietários do meio de produção;
- 2 – Os proprietários fundiários;
- 3 – Os promotores imobiliários;
- 4 – O estado;
- 5 – Os grupos sociais excluídos.

Os proprietários de meios de produção são grandes consumidores de espaço, devido as exigências das atividades que os empreendimentos exercem. Necessitam de terrenos amplos e baratos e uma localização que atenda as necessidades de suas atividades.

Os proprietários fundiários atuam de forma a adquirirem a maior renda fundiária de suas propriedades. Estão interessados na conversão de terras rurais em terras urbanas, ou seja, interessados no valor de troca e não no valor de uso. As propriedades que se situam nas bordas das grandes cidades, são alvos de grande interesse dos proprietários de terra, devido a eminência constante dessa área ser transformada pelos processos de modificação do espaço rural em espaço urbano.

Os promotores imobiliários são aqueles que tem recurso técnico para a execução de projetos em determinadas áreas. São agentes desse setor, aqueles que realizam operações como:

- 1 – Incorporação, realizando gestões do dinheiro da fase de sua transformação de capital-mercadoria em imóvel;

2 – Financiamento que a partir da formação de recursos monetários, advindos de pessoas físicas ou jurídicas, verifica, juntamente ao incorporador, o investimento ideal, visando a compra do terreno e a construção do imóvel;

3 – Estudo técnico, realizado por economistas e arquitetos com a finalidade de verificar a viabilidade técnica da obra;

4 – Construção ou produção física do imóvel, firmas especializadas na execução dos processos de construção e produção;

5 – Comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, com acréscimo de lucro.

Grandes bancos e o estado atuam também como promotores imobiliários.

O estado atua também na organização espacial, podendo atuar de diversas maneiras fazendo papel, inclusive, de outros agentes, como grande industrial, proprietário fundiário e promotor imobiliário. As terras públicas são uma reserva fundiária, que o estado dispõe para usos diversos no futuro, inclusive para negociações com outros agente.

Os grupos sociais excluídos são aqueles que, não possuem renda para pagar um aluguel de uma habitação digna ou comprar um imóvel. Para essas pessoas, restam moradias como cortiços, sistemas de auto construção, conjuntos habitacionais contruídos pelo estado e as favelas.

Tendo passado por essas questões, pode-se afirmar que as cidades não crescem de forma desordenada, mas sim dentro de uma articulação para a produção do meio urbano, de acordo com interesses de quem tem o poder de ação nos espaços, que tem como base o acúmulo/lucro.

2.3- A espetacularização das cidades.

Aqui trataremos de uma terminologia criada por Paola Berenstein, baseada na obra de Guy Debord, a espetacularização urbana, que diz respeito a criação de consenso e alienação, levando ao esvaziamento do significado das nossas cidades,

e até mesmo de nossa sociedade, em função de sua imagem como produto e mercadoria. Tendo visto os apontamentos a cima, de como a produção do espaço urbano é controlada por agentes específicos que se relacionam entre si, em uma lógica mercadológica de desenvolvimento, cabe agora analisar como essa produção se desenrola na vida prática social dos indivíduos.

A partir do que Harvey chama de reestruturação produtiva do capitalismo⁸, fenômeno que vem no rastro da globalização (globalização aqui entendida como expansão das relações sociais numa esfera global), e que se inicia na década de setenta, temos, no panorâma mundial, modificações profundas no modo de produção das cidades. Tal expansão trouxe com si, grandes promessas de desenvolvimento em relação a modernização de varios setores da vida humana. Porém essa expansão não levou em conta modificações sociais, ascentuando a desigualdade social.

A globalização trouxe inegáveis benefícios, por exemplo o encurtamento das distâncias por melhorias tecnológicas nos meios de transporte e comunicação. A flexibilização e facilidade decorrente desse processo permitiu uma facilitação às privatizações, a guerra fiscal e um enfraquecimento de políticas econômicas e sociais, modificando o modo como o estado age (MARICATO, 2006)

As cidades passam, então, a exercer uma política mais voltada ao desenvolvimento econômico, visando se enserir no novo mercado de disputas globais. Identificar empresas financeiras e serviços especializados, desempenhar um papel de mercado ou local de produção, reproduzir costumes, lançar tendências, e tipologias arquitetônicas, passam a ser, entre outros, metas de desenvolvimento urbano.

As cidades passam a entrar em uma guerra por status de cidade global, começam a difundir o progresso tecnológico, serviços especializados e concentrar importantes mercados financeiros. Inicia-se um processo político global, de políticas públicas com parceria privada, configurando o que Harvey chamou de “empresariamento urbano”⁹, se estabelecendo vínculos extremamente focados em benefícios financeiros, o que trará impacto direto nas questões urbanas.

⁸ Termo utilizado por David Harvey em seu livro “A condição pós-moderna” (2009) para identificar o período de grandes transformações mundiais que impactaram a sociedade a partir dos anos 1970. Este período é originário de uma transição da solidez do fordismo para tempos de acumulação flexível do capital.

⁹ Termo utilizado por harvey, 1997, pg 53

Nessas novas relações econômicas, principalmente internacionais, acontece a receção de políticas sociais, aumentando o desemprego, a violência, aumento de favelas e população de rua (MARICATO,1996). O intenso fortalecimento do capital financeiro e imobiliário, bem como o foco dos governos em crescimento econômico, tornam as cidades cada vez mais anti democráticas.

A competitividade se acentua entre as cidades que almejam se estabelecer no mercado financeiro internacional e os governos locais passam a trabalhar no sentido de obter boa colocação no ranking de cidades globais. O que as cidades precisam oferecer agora são princípios básicos de disputa: atração de investimentos e novas tecnologias, de novas indústrias e negócios, competir no preço e qualidade de serviços. A lógica do pensamento se divide em três segmentos, segundo Carlos Vainner, definidos como:

A “cidade mercadoria”, que visa ações que pensam a cidade como produto a ser vendido. Por essa lógica as cidades lutam entre si a fim de criarem melhores condições estruturais para a expansão do capital. Tendo que seguir dentro desses requisitos de atrativo como cidade produto, percebe-se uma semelhanças dos planos urbanísticos (homogeneização), visto que elas devem atender a demanda de clientes que estão inseridos numa mesma lógica mercadológica, com demandas muito semelhantes.

...pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria, mas também, é sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis. ”
(VAINER, 2000, p.83)

A “cidade empresa”, conciste na transformação dos objetivos de demanda do espaço urbano, o que era antes local de democracia, agora dá lugar às formas de gestão, à produtividade e a mercadotecnia (VAINER, 2000). Assim os lugares passam a ser espaços não políticos.

Aqui não se elegem dirigentes, nem se discutem objetivos; tampouco há tempo e condições de refletir sobre valores, filosofia ou utopias. Na empresa reina o pragmatismo, o realismo, o sentido prático; e a produtivização é a única lei.” (VAINER, 2000, p.91)

A “cidade pátria”, diz respeito à necessidade de consenso por parte da população. Vendem grandes projetos junto a idéia de melhoria da qualidade de vida, melhorias urbanas e embelezamento como forma de sedução das massas. Entender a cidade como pátria corrobora para aceitação de um status de aceitação política, a idéia de padronização, homogeneização e padronização de ideias ajudada a invisibilizar os conflitos.

Porém os conflitos são inerentes à cidade, a ideia de pacificação dos espaços através da conformidade, homogeneização e padronização de ideias ajuda a invisibilizar ainda mais seus reais conflitos. Além da alienação e despolitização, os cidadãos ainda deveriam adquirir uma consciência de crise e ser patriotas. Um governo local dotado de força política, estabilidade, capacidade de liderança, representatividade e eficácia também se faz necessário, para que a população não hesite em apoiar planos e projetos.

Atualmente, nota se uma tendência dessa estratégia, de homogeneizar, espetacularizar e criar consenso. Essa prática empobrece as relações do indivíduo com a cidade diminuindo cada vez mais as possibilidades de ação nos espaços públicos. Tornando-os assim, cenários esvaziados, descolados do teor da vida.

As cidades cenográficas contemporâneas estão cada dia mais padronizadas e uniformizadas, são espaços pacificados, aparentemente destituídos de seus conflitos inerentes, dos desacordos e dos desentendimentos, ou seja, são espaços apolíticos. (JACQUES, P.109, 2010)

A essa padronização na produção do espaço urbano e seu esvaziamento de significado, se tornando cada vez mais uma imagem a ser vendida, é que se dá o nome espetáculo urbano. A cidade se torna cada vez mais segregadora, comportamento que como apresentado anteriormente, reflete uma sociedade de classes, e o poder de ação é concedido apenas a grupos detentores de capital

elevado. Assim sendo nota-se um investimento exacerbado nas áreas de interesse de cada agente envolvido, tendo como consequência o descaso com as áreas de menor interesse financeiro.

3- A experiência da cidade

Se andarmos pelas ruas da maioria das cidades contemporâneas em uma deriva sensorial, percebendo as relações que nos são permitidas construir com o meio, podemos a qualquer descuido, ser jogados em um vazio relacional. Flutuando de um lado para outro em setorizações urbanas programadas, com fluxos programados, ou então caminhando bem rápido a fim de vencer um percurso inóspito. Mas sempre seguramente em uma esteira apressada que chamamos de calçada. De um lado a caixa da rua, movimentada, intransponível barreira de elementos passantes, carros. Do outro, os lotes privados, caixas estancas que te oferecem um mundo de oportunidades de consumo, ou então te viram completamente as costas e se fecham em condomínios privados ou pavimentos garagem.

Visto anteriormente alguns aspectos de como se dá a relação do indivíduo com o meio, percebemos que o ser apreende o espaço e o atribui significado, a partir daí, o modifica e por ele é modificado em uma relação de interdependência. Entretanto essa apreensão do espaço ocorre sobre uma base construtiva do capitalismo. O meio de produção de capital rege as decisões a cerca da produção do espaço urbano.

Então, cororpo/coletivo produz o espaço urbano e social a partir de uma influência, a priori, do modelo de produção capitalista.

O presente capítulo tem por objetivo, relacionar os dois capitulos anteriores, traçando paralelos e evidenciando as relações na forma como o sistema capitalista interage com o espaço/cidade e com isso afeta a experiência do corpo na mesma, bem como introduzir e apresentar formas de micro intervenção no espaço público, como alternativa a imposição do capital e uma retomada do direito a cidade.

3.1- O direito à cidade.

“A urbanização dos últimos cem anos contribuíram para o bem estar humano?”

David Harvey inicia o texto “Direito a Cidade” com essa indagação e para auxiliar na resposta ele cita Robert Park, que define cidade como

A tentativa mais bem-sucedida do homem de reconstruir o mundo em que vive o mais próximo do seu desejo. Mas se a cidade é o mundo que o homem criou, doravante ela é o mundo onde ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem qualquer percepção clara da natureza de sua tarefa, ao contruir a cidade o homem reconstruiu a si mesmo (HARVEY apud PARK, OLHAR DATA E PAGINA).

Essa afirmativa possibilita uma melhor compreensão dos assuntos anteriormente abordados, no que se refere a relação entre as pessoas e o espaço/cidade.

Os acontecimentos no meio urbano e a forma como o mesmo é disponibilizado para o cidadão, vai diretamente caracterizar perfis sociais que vão compor o espaço, assim sendo, a cidade desejada não pode se abster da relação com os laços sociais, estilos de vida, valores etínicos e da natureza.

Sermos componentes da cidade, nos faz cidade e na contramão temos a cidade nos sendo, vemos os reflexos de nossas ações serem estampados no meio urbano, e como somos o espaço/cidade, ter direito a cidade é sobretudo, ter direito de nos modificarmos pela constante mudança da cidade. Esses pensamentos caminham junto aos conceitos de civilidade, trazido anteriormente, quando se apresenta os pensamentos de Bauman.

As questões capitalistas trabalhadas, que influenciam diretamente na produção do espaço, impõe regras e define usos, dita o comportamento humano e inflinge o bem estar do corpo na cidade. Ao ser produzido dessa forma, o espaço nega o direito a cidade, e tal negação é evidente nos modelos atuais de sociedade, que dentro da lógica do mercado, faz com que um dos direitos mais preciosos seja constantemente negligenciado.

Deve-se passar por uma breve fala sobre o planejamento urbano, que possibilita uma antecipação de problemáticas da urbe, para que essas sejam previamente resolvidas. Um planejamento urbano possibilita o exercício do direito a

cidade e deve antes de qualquer coisa, ser realizado junto com a população. Deve ser feito sob análises urbanas que giram em torno de várias instâncias: econômica, cultural, de usos, de localidades, entre outras. Deve atender as reais necessidades locais sem modificar e/ou retirar as culturas do lugar.

O planejamento urbano, na qualidade de fazer o direito a cidade ser exercido deve ainda, observar a forma como as pessoas utilizam a cidade, mapeando caminhos, fluxos, tipologias, para que seja propiciado um conforto em um outro direito básico, que é o de ir e vir. O corpo deve ser atendido.

A vulnerabilidade de certos espaços da cidade é outro fator que evidencia o negligenciamento do direito a cidade, e espaços segregadores, com ruas inseguras e culturas inacessíveis são consequência da falta de planejamento (BAUMAN, ANO).

A cidades dos consensos, no ato de negar o direito a cidade, deixam de ser civis ao ditar regras que impõe uma lógica de uso, e isso impede uma metamorfose humana relacionada à mudanças urbanas.

Num sentido mais amplo, além do bem-estar do corpo no espaço, o direito a cidade influencia o desenvolvimento social em um contexto geral, e possibilita um crescimento saudável da economia da cidade, isso porque praças, parques e calçadas, entre outros espaços que possibilitam a vida pública acontecer, atraem serviços e novos usos, que atraem público, que conseqüentemente movimentam e da vida aos espaços, os tornando seguros e vigiados pelos próprios usuários, que estarão relacionados com o meio e não se sentirão somente pertencentes a ele, mas serão ele. Ninguém negligencia a si mesmo.

3.2. Micro - políticas

As políticas de planejamento urbano, adotada pelos municípios, visando a produção e a reprodução dos modos de produção capitalista, dividem o solo urbano

ideologicamente e funcionalmente em áreas de interesse particulares, sem penar na construção coletiva do espaço, fragmentando-o conseqüentemente.

Ocorre então, como já foi visto, uma espetacularização do espaço à medida que se reduz ele à simples categoria de produto.

Tal espetacularização pacífica os espaços públicos e se dissolve o entendimento de civilidade e urbanidade, que devem estar presentes na vida cívica.

Paola Berenstai, em seu texto “Zonas de Tensão”¹⁰ (2010), aponta para essa pacificação dos espaços, produzida pelo processo capitalista de produção de cidades, que visa, como vimos antes, homogeneizar, criar consenso, entre a população, inibindo os conflitos que são inerentes à vida urbana.

Contra essa espetacularização e esvaziamento da vida urbana e seus significados, ela aponta as micro resistências, que seriam ações pontuais e executadas individualmente, como práticas cotidianas que subverteriam a lógica de uso dos espaços públicos e o entendimento das cidades através da retomada das experiências corporais em relação a cidade.

Seriam essas ações:

- A reforma dos espaços públicos;
- A experiência corporal da cidade;
- A arte construtora de dissenso.

A profanação dos espaços públicos diz respeito à retomada dos usos da cidade pela população através de eventos e jogos executados no espaço da cidade, que vão contra os usos planejados.

Os situacionistas liderados por Guy Debord, já faziam nos anos de 1950 propostas alternativas de uso da cidade como forma de jogo. A deriva, que em consequência com a errância, consiste em vagar pela cidade, fugindo dos caminhos impostos, utilizando rotas alternativas e experienciando a cidade de uma forma avessa a consensual.

Disponível na revista “Corpocidade: debates, ações e articulações” 2010, disponível em http://www.corpocidade.dan.ufba.br/2010/LIVRO_CORPOCIDADE.pdf. Acessado em 03/07/2017.

A deriva coloca o corpo do indivíduo em ação na apreensão do espaço, uma caminhada despreocupada, mas atenta, a descoberta de novas oportunidades que a espacialidade das cidades tem a oferecer à corporeidade do indivíduo.

A experiência corporal das cidades, consiste na experimentação da cidade pelas experiências corporais, empregando as cidades com a corporeidade do indivíduo e sendo também empregados, assim reduzindo o vazio de significado criado pela espetacularização.

Outra forma de desestruturar consenso e pacificações dos espaços públicos aponta a arte como construtora de dissensos, apelando diretamente para o sensível, exaltando a expressão individual em prol de uma sensibilização coletiva. Tal prática desvia o consumo de imagens consensuais sendo então uma forma de militância contra o esvaziamento de significado que os cenários criados pela produção capitalista de cidades.

Conclusões finais

As ideias apresentadas nesse trabalho, evidenciam a forma como o espaço construído por nós tem a capacidade de nos modificar e exerce uma força condicionante no modo como vivemos em nossa sociedade.

O ser no espaço é capaz de percebê-lo e resignificá-lo de acordo com suas necessidades. A partir daí, identifica-se os agentes que constroem e estruturam a cidade na atualidade, tendo como base o modelo capitalista de produção do espaço, e como essa construção reflete no modo como viveremos na cidade.

Nota-se que as cidades vem sendo produzidas visando interesses privados e isso incide em como os investimentos são distribuídos, criando assim espaços segregados e especializados que não comportam a corporeidade do homem e geram inúmeros problemas sociais, intensificando assim a espetacularização dos espaços urbanos.

Como alternativa a esse fenômeno, recorre-se novamente ao indivíduo como sendo o criador de significado, capaz de alterar o modo como os espaços são entendidos e utilizados, a fim de subverter as imposições espaciais criadas, a errância, o jogo, e a arte tornam-se armas fundamentais para reverter o quadro de esvaziamento de significado dos espaços. E tal prática só pode ser efetivada nos espaços públicos, que é onde o cidadão pode ainda se relacionar com toda dinâmica da cidade de modo civil.

O colher dos dias

Acordou de novo! De novo e de novo.
E tava tudo igual. Daqui até naquele ultimo
plano com foco, lá naquela casinha, ta
vendo??

Pois então... Ta tudo igual.
Esfregou bem os olhos pra tirar o sebo.

Levantou!

Depois de mais uma noite,
nessa remela de cidade morna e
cristalizada.

A olhou novamente, esfregou entre os
dedos e lavou a mão na pia da alma.
Pia suja e manchada, igual de boteco bom.
Vestiu a máscara de hoje "Terça feira? Ou
quarta? sei lá..."

Sentiu o bafo quente do basculhante do
banheiro abafado anseio de mais um dia
Transitória rotina

Saiu!

Desceu as liquidas escadas do
apartamento de sempre, número 506.
O corre mão melado

o porteiro simpático
porta aberta

E entrou de novo na cidade. Apertou o
passo!

Quanto barulho! Em pensar que somos nós
que vibramos

O mundo mesmo ta quietinho
Nós que inventamos de sentir.

Lágrimas internas amamentam o tédio
Mas ta bom...ta com sol hoje, 38 graus.

Comprou um café... demorou bastante,
evitando o tempo

esquecendo a voz do caminho irritante
No banquinho pensou:

"Por onde da pra escapar?? Deve ter algum
lugar, uma fresta,
um buraquinho pra sair bem de fininho
dessa estufa secular."

Pagou!

E voltou a caminhar, tentando reparar nas
pessoas apressadas
mas nenhum rosto ele viu.

Só máscaras diárias...como a própria.
"Será que é terça??"

Suor empossando na garganta
estrangulada, por uma serpente negra
que hoje chamam de gravata, mas ta bem...
ta elegante.

Avistou!

Ta ali seu purgatório
"contabilidade"

evitando de entrar,pra mais um dia de abate

crematório de sonhos, linear realidade

Parou!

Não dá mais com essa clausura.

chorar pra dentro

gozar pra dentro

rir pra dentro

pra fora só cagar

Não dá!!!

Correu!

Largou a maleta

e seguiu o vento entre os carros.

Sua pele é tecido novamente

é seda, tecido urbano, é teia

abriu os olhos...

mas de palpebras fechadas

Infinitos pontos de fuga

entusiasmo germinado.

Esquivou dos retrovisores mal encarados,
abriu um sorriso ardido, arrancou a própria
máscara e agarrou um semelhante.

Abordou!!

"Tira essa máscara meu amigo!!

Vem também correr comigo

Tire as luvas e as maquiagens

sente o caos içando as velas

abraça minhas costelas

me morde, me da um beijo

e me faz contar estrelas!"

Puxou!!

"vamos fazer uma fogueira

com as contas do condomínio

vamos pendurar uma rede

entre dois arranha-céus

não é pra isso que eles servem??"

Seguiram os dois esbaforidos

de pupilas dilatadas

de unhas mal cortadas

salivando de fome

fome de glória e algodão doce

" Esquece o cinza das veias!

pensa no vermelho!

se perde nas minhas digitais!

Labirinto único de cada um."

Eram ali

Dois

Sem máscaras e proteções

Fugiram da cidade?

Ou acabaram de achá-la?

Hoje eles dormem juntos

Amanhã tem mais um dia.

Bibliografia:

- AGUIAR, Douglas. Urbanidade e Estrutura Espacial. s/d. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/72106>.
- AGUIAR, Douglas. Urbanidade e a Qualidade da Cidade. Arqtextos, São Paulo, 2012. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/12.141/4221>.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CARVALHO, Diogo Ribeiro. Espaço e Percepção. Uma abordagem a partir de Merleau-Ponty. Arqtextos, São Paulo, 2017. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/17.198/6302>.
- CORREA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática, 1989.
- FUÃO, Fernando Freitas. O Sentido do Espaço. Em que sentido, em que sentido? 2004. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/04.048/582>.
- HARVEY, Davis. A Produção Capitalista do Espaço. 2ª edição. São Paula: Annablume, 2006.
- HARVEY, David. Cidades Rebeldes. Martins editora livraria Ltda., São Paulo, 2014.
- HARVEY, David. Espaço Como Palavra-chave. Universidade de Nova York, s/d.
- JACOBS, Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- JACQUES, Paola Berenstein Zonas de tensão: em busca de micro resistências urbanas. In: JACQUES, P. B.; BRITTO, F. (Org.). Corporidade: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 106-119.
- JACQUES, Paola Berenstein. Espetacularização Urbana Contemporânea. Cadernos PPG-AU; FAUFBA – Territórios Urbanos e Políticas Culturais, Número Especial, 2004.
- LEFEVBRE, Henri. A Revolução Urbana. Tradução de Sérgio Martins – Belo Horizonte – UFMG, 1999.
- LYNCH, K. A Imagem da cidade. São Paulo: M. Fontes, 1982.
- MACHADO, Bernadete F. G. Corporidade e existência e Merleau-Ponty. Revista Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia, Curitiba
- NORBERG-SCHULZ, Christian. Genius Loci: Towards Phenomenology of Achitecture. New York: Rizzoli, 1984.
- PONTY, Maurice M. Fenomenologia da Percepção. 4ª edição, São Paulo: editora wmf Martins Fontes, 2011.
- ROSSI, A. A arquitetura da cidade. São Paulo: M. Fontes, 1995.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1985.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 11-74.

Links de vídeos:

O mundo e a percepção do mundo. Clóvis de Barros Filho. Disponível em

<https://www.youtube.com/watch?v=BS6wRvFU1w>.